

Prestou assessoria jurídica à Direcção de Serviços de Gestão e Administração da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste desde 8 de Janeiro de 1992 até 8 de Maio de 1997.

III — Formação complementar — frequência de vários cursos, seminários e outras acções com interesse para a actividade profissional desenvolvida, nomeadamente, nas áreas jurídica, de recursos humanos, de gestão e de qualidade nos serviços públicos, nos quais se destacam:

Seminário de alta direcção, realizado pelo INA, de 10 a 14 de Janeiro de 2005, cujo trabalho final consistiu na aplicação do *balanced scorecard* na DRARO;

Certificado de aptidão profissional para exercer a profissão de formador, emitido pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, entidade certificadora competente, ao abrigo dos Decretos Regulamentares n.ºs 66/94, de 18 de Novembro, e 26/97, de 18 de Junho, válido até 8 de Junho de 2010;

Evento CAF subordinado ao tema «O modelo CAF na perspectiva do sistema integrado de avaliação dos serviços públicos», organizado pela Direcção-Geral da Administração Pública, que decorreu no dia 29 de Março de 2004, na Universidade Católica de Lisboa;

3.º Congresso Nacional da Administração Pública, «O novo ciclo de desenvolvimento da Administração Pública: Abertura, eficiência, independência», realizado pelo INA em 3 e 4 de Novembro de 2005, no Centro de Congressos de Lisboa;

Elaboração de planos e relatórios de actividades, promovido pela Significado em Novembro de 2006.

Participação na sessão de esclarecimento «Enquadramento jurídico da mobilidade especial», promovida pela Secretaria-Geral do MADRP em 15 de Fevereiro de 2007.

Despacho (extracto) n.º 11 045/2007

Por despacho de 14 de Março de 2007 do director regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, Edalberto António Canhoto Santana foi nomeado no cargo de director de serviços de Inovação e Competitividade para exercer funções, em regime de substituição, na Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, com efeitos à data do despacho, nos termos do n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, do artigo 9.º do Decreto Regulamentar n.º 12/2007, de 27 de Fevereiro, que aprovou a Lei Orgânica das Direcções Regionais de Agricultura e Pescas, e da Portaria n.º 219-G/2007, de 28 de Fevereiro, que aprovou a estrutura nuclear das direcções regionais de agricultura e pescas. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Março de 2007. — O Director Regional, José António Canha.

Curriculum vitae

1 — Identificação completa:

Nome — Edalberto António Canhoto Santana;
Filiação — Benjamim Augusto Santana e Joana Canhoto Santana;
Data de nascimento — 17 de Janeiro de 1949;
Naturalidade — Vila Viçosa, distrito de Évora;
Estado civil — casado;
Bilhete de identidade n.º 1124652, de 22 de Março de 1993, emitido pelo arquivo de identificação de Lisboa;
Contribuinte n.º 117608033.

2 — Habilitações literárias:

Curso de Engenheiro Agrónomo, especialidade de Economia Agrária, no Instituto Superior de Agronomia (10 de Outubro de 1979);
Diplôme de Spécialisation Post-Universitaire, Centre International de Hautes Études Agronomiques Méditerranéés, IAM, Montpellier (de 1 de Setembro de 1981 a 30 de Junho de 1982).

3 — Experiência profissional:

Desde Novembro de 2004 até à presente data — director do IFA-DAP/INGA, áreas agro-ambientais, indemnizações compensatórias, ajuda à produção de azeite e vinho, em comissão de serviço;

De Outubro de 1998 a Outubro 2004 — director do Azeite e Ajudas Específicas (DAE), em comissão de serviço, do INGA;

De Setembro de 1996 a Setembro de 1998 — director de Serviços de Intervenção Produtos Animais (DIA), em comissão de serviço, do INGA;

De Abril de 1993 a Agosto de 1996 — chefe de divisão de Política Externa do quadro da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura;

De Março de 1989 a Dezembro de 1992 — chefe de divisão de Gestão, Estatística e Política Sócio-Estrutural da Direcção Regional de Agricultura — Região Autónoma dos Açores;

De Novembro de 1979 a Fevereiro de 1989 — assistente do Departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores, disciplinas de Gestão da Empresa Agrícola I e II.

Despacho (extracto) n.º 11 046/2007

Por despacho de 14 de Março de 2007 do director regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, Maria de São Luís de Sousa Martins Deyrieux Centeno foi nomeada no cargo de directora de serviços de Valorização Ambiental e Apoio à Sustentabilidade para exercer, em regime de substituição, na Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, com efeitos a 1 de Março de 2007, nos termos do n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, do artigo 9.º do Decreto Regulamentar n.º 12/2007, de 27 de Fevereiro, que aprovou a Lei Orgânica das Direcções Regionais de Agricultura e Pescas, e da Portaria n.º 219-G/2007, de 28 de Fevereiro, que aprovou a estrutura nuclear das direcções regionais de agricultura e pescas. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Março de 2007. — O Director Regional, José António Canha.

Curriculum vitae

Nome — Maria de São Luís de Sousa Martins Deyrieux Centeno.
Categoria — assessora principal da carreira de engenheiro.
Habilitações literárias — licenciatura em Agronomia.

Por despacho de 2 de Novembro de 1988 do director regional de Agricultura de Trás-os-Montes, foi nomeada, provisoriamente, mediante concurso externo, técnica superior de 2.ª classe da carreira de engenheiro (visado pelo Tribunal de Contas em 6 de Fevereiro de 1989, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 56, de 8 de Março de 1989), tendo tomado posse em 9 de Março de 1989.

Por despacho de 21 de Março de 1990 do director regional de Agricultura de Trás-os-Montes, foi convertida a nomeação provisória em definitiva, conforme publicação inserta no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 84, de 10 de Abril de 1990.

Por despacho de 27 de Abril de 1990 do director regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, foi transferida, a seu pedido, para o quadro desta Direcção Regional (publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 118, de 23 de Maio de 1990), tendo tomado a aceitação do lugar em 12 de Junho de 1990.

Por despacho ministerial de 30 de Junho de 1992, foi nomeada gestora na área estratégica de apoio a produção (publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 201, de 1 de Setembro de 1992), com efeitos a partir de 1 de Julho de 1992.

Por despacho de 22 de Setembro de 1992, foi nomeada, mediante concurso, técnica superior de 1.ª classe da carreira de engenheiro (publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 235, de 12 de Outubro de 1992, tendo tomado posse nesta mesma data).

Por despacho ministerial de 29 de Julho de 1993, foi nomeada, em comissão de serviço, chefe de divisão de Experimentação Agro-Pecuária (publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 199, de 25 de Agosto de 1993, tendo tomado posse com efeitos a partir da data do despacho).

Por despacho ministerial de 3 de Março de 1994, transitou para o quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, aprovado pela Portaria n.º 826/93, de 8 de Setembro, mantendo a mesma categoria e situação jurídico-funcional (visado pelo Tribunal de Contas em 19 de Abril de 1994 e publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 113, de 16 de Maio de 1994).

Nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro, cessou a comissão de serviço que vinha exercendo no cargo de chefe de divisão, no termo do respectivo prazo (12 de Setembro de 1996).

Por despacho ministerial de 8 de Maio de 1997, foi nomeada, em comissão de serviço, chefe de divisão de Horto-Floricultura e Fruticultura, com efeitos a partir da data do despacho (publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 128, de 4 de Junho de 1997), tendo tomado posse em 19 de Maio de 1997.

Por despacho de 20 de Agosto de 1998, foi promovida na categoria de técnica superior principal da mesma carreira e quadro, com efeitos reportados a 29 de Julho de 1996, ocupando um lugar criado pela portaria n.º 842/98, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 191, de 20 de Agosto, a extinguir quando vagar (publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 206, de 7 de Setembro de 1998, tendo tomado aceitação nesta mesma data).

Por despacho ministerial de 1 de Outubro de 1999, transitou para o quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, aprovado pela Portaria n.º 538/99, de 23 de Julho, para a mesma categoria e carreira, ocupando um lugar a extinguir quando vagar (publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 262, de 10 de Novembro de 1999).

Em 7 de Maio de 2000, cessou a comissão de serviço como chefe de divisão de Horto-Floricultura e Fruticultura, mantendo-se a exercer o respectivo cargo em regime de gestão corrente.

Por despacho de 1 de Fevereiro de 2001, foi nomeada, mediante concurso, assessora da carreira de engenheiro no quadro de pessoal da DRARO, tendo esta nomeação produzido efeitos a partir da data do des-

pacho (publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 58, de 9 de Março de 2001, tendo tomado aceitação nesta mesma data).

Por despacho ministerial de 29 de Junho de 2001, foi nomeada, precedendo concurso, chefe de divisão de Horto-Floricultura e Fruticultura nesta Direcção Regional de Agricultura, com efeitos a partir da data do despacho, nos termos do artigo 16.º e dos n.ºs 1 e 6, alínea b), do artigo 18.º da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho (publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 177, de 1 de Agosto de 2001).

Por despacho de 7 de Novembro de 2003, foi provida na categoria de assessora principal da mesma carreira e quadro, com efeitos reportados a 8 de Maio de 2003, ocupando um lugar criado pela portaria n.º 1331/2003, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 244, de 21 de Outubro de 2003, a extinguir quando vagar (publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 270, de 21 de Novembro de 2003, tendo tomado aceitação nesta mesma data).

Por despacho ministerial de 28 de Janeiro de 2004, foi nomeada, em comissão de serviço, para exercer o cargo de subdirectora regional nesta Direcção Regional de Agricultura, ficando suspensa do cargo que vinha exercendo como chefe de divisão de Horto-Floricultura e Fruticultura (publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 35, de 11 de Fevereiro de 2004), tendo tomado posse em 28 de Janeiro de 2004, com efeitos a 29 do mesmo mês.

Por despacho ministerial de 21 de Junho de 2005, foi dada por finda a comissão de serviço no cargo de subdirectora regional do Ribatejo e Oeste com efeitos a partir de 22 de Junho de 2005 (publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 131, de 11 de Julho de 2005).

Por despacho do director regional de 29 de Agosto de 2005, foi nomeada, em regime de substituição, e por urgente conveniência de serviço, para o cargo de direcção intermédia de 1.º grau como directora de serviços de Agricultura, com efeitos a 1 de Setembro de 2005 (publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 182, de 21 de Setembro de 2005), situação que manteve até 28 de Fevereiro de 2007.

Principais funções exercidas e actividade profissional desenvolvida:

Assegurou a coordenação e desenvolvimento de acções de I&D, fomento e apoio técnico necessários ao desenvolvimento da produção; Coordenou e participou na elaboração de pareceres técnicos;

Participou na tramitação de projectos de investimento e coordenação da aplicação de medidas agro-ambientais no Ribatejo e Oeste;

Participou nos trabalhos no âmbito do conselho técnico do MADRP para os recursos genéticos agrários, das pescas e da aquicultura, como representante da DRARO no grupo de interlocutores permanentes;

Participou no inquérito nacional às estruturas centrais de investigação do Ministério da Agricultura, tendo sido nomeada para o grupo de encaminhamento — revisão nacional IED, criado por despacho do Ministro da Agricultura de 6 de Dezembro de 1994;

Participou na elaboração do plano de acção 2000-2002, preparado pelo grupo de trabalho agro-ambiental, criado através do despacho conjunto n.º 700/2000;

Colaborou na elaboração de estudos para o desenvolvimento de instrumentos de apoio à actividade agrícola.

Despacho (extracto) n.º 11 047/2007

Por despacho de 14 de Março de 2007 do director regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, António José Madeira Lopes foi nomeado no cargo de director de serviços de Agricultura e Pescas para exercer, em regime de substituição, na Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, com efeitos a 1 de Março de 2007, nos termos do n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, do artigo 9.º do Decreto Regulamentar n.º 12/2007, de 27 de Fevereiro, que aprovou a Lei Orgânica das Direcções Regionais de Agricultura e Pescas, e da Portaria n.º 219-G/2007, de 28 de Fevereiro, que aprovou a estrutura nuclear das direcções regionais de agricultura e pescas. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Março de 2007. — O Director Regional, *José António Canha*.

Curriculum vitae

Elementos pessoais e habilitações académicas — António José Madeira Lopes, nascido em 18 de Agosto de 1947, em Santarém, de nacionalidade portuguesa, portador do bilhete de identidade n.º 165007, emitido pelo arquivo de identificação de Santarém, em 19 de Maio de 1998, licenciado como Engenheiro Agrónomo, pelo Instituto Superior de Agronomia, em 1974.

Categoria e actividade profissional:

Assessor principal da carreira de engenheiro;

Membro da comissão de gestão transitória do aproveitamento hidroagrícola do vale do Sorraia (Portaria n.º 561/75, de 13 de Julho);

Coordenou o sector de projectos de mecanização da Direcção de Serviços de Mecanização da DGHEA do Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas (1976-1983);

Participou na elaboração de um projecto para financiamento das estruturas de desenvolvimento integrado no âmbito do Plano de Desenvolvimento Rural para a Zona I da República da Guiné-Bissau (1979);

Colaborou na execução dos estudos de ordenamento dos concelhos de Mora, Ponte de Sor e Portel, no âmbito dos respectivos Planos Gerais de Urbanização (1980);

Integrou uma equipa de técnicos da empresa COMPAL, tendo em vista a recuperação de um complexo agro-industrial no vale do Limpopo (1983);

Consultor especialista dos Ministérios do Plano e da Agricultura de Angola nas áreas da planificação e controlo do Plano de Unidades Agro-Pecuárias (1984-1986);

Director-geral-adjunto da empresa portuguesa CATERMAR, subempreiteira das companhias petrolíferas a operarem em Angola (1986-1996);

Chefe de divisão de Infra-Estruturas Rurais, Hidráulica, Engenharia Agrícola e Ambiente da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste (1997-2006);

Exerceu funções em regime de substituição de director de serviços do Desenvolvimento Rural na DRARO de 25 de Maio de 1999 a 7 de Abril de 2002 e de 20 de Fevereiro de 2006 a 28 de Fevereiro de 2007;

No âmbito das funções de chefe de divisão e director de serviços, e no decurso da sua carreira, integrou e coordenou diferentes grupos de trabalho e comissões, designadamente:

Representante da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste no conselho consultivo da Escola Superior Agrária de Santarém (1999-2007);

Representante da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste na comissão técnica de acompanhamento, criada pelo Decreto-Lei n.º 235/97, de 3 de Setembro, que transpôs a Directiva n.º 91/676/CEE, sobre a poluição causada por nitratos de origem agrícola;

Coordenador da UTAAC — Unidade Técnica de Avaliação, Acompanhamento e Controlo de Candidaturas no âmbito da medida n.º 6 do PAMAF da DRARO;

Colaborou na elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) para 2000-2006;

Participou no grupo de trabalho para a elaboração da Estratégia para o Regadio, Infra-Estruturas Colectivas e Estruturação Fundiária no âmbito do PNE para o período de 2007-2013;

Responsável da DRARO em projectos de investigação, experimentação e demonstração no PAMAF e AGRO;

Coordenação, elaboração e lançamento de concursos públicos de estudos, projectos e empreitadas de barragens, redes viárias, rega e drenagem de aproveitamentos hidroagrícolas;

Colaborou na elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural (PDRu) como elemento de ligação da DRARO à comissão executiva;

Integrou o grupo para a modernização administrativa da DRARO;

Representante da DRARO na Unidade de Gestão Regional PPDR Centros Rurais;

Agraciado em Angola pelo Governo Português com a medalha de mérito (ouro) das Comunidades Portuguesas (1993).

Despacho n.º 11 048/2007

Nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 200/2006, de 25 de Outubro, conjugado com o estatuído no artigo 6.º do Decreto Regulamentar n.º 12/2007, de 27 de Fevereiro, e nas Portarias n.ºs 219-G/2007 e 219-Q/2007, ambas de 28 de Fevereiro, são criadas, na Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAPLVT), integrada na administração directa do Estado, no âmbito do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP), as unidades orgânicas flexíveis, com as seguintes atribuições e competências:

Na dependência da direcção funciona o Núcleo de Auditoria Interna, Projectos Específicos e Assessoria.

A este Núcleo compete:

a) Propor e executar plano anual de auditorias internas a processos ou procedimentos que são da responsabilidade da DRAPLVT, propondo novas metodologias ou normas;

b) Coordenar e acompanhar auditorias executadas à DRAPLVT, por outras entidades, ou a processos externos com relação ou na dependência da Direcção Regional;

c) Assessorar a direcção em matérias ou projectos específicos;

d) Monitorizar projectos ou procedimentos específicos, em períodos determinados ou face a solicitações específicas.